



LIÇÃO 03

A graça: quando ela aparece?

De tudo quanto se viu até agora, fica ainda a pergunta: se a lei, ao menos em seu uso moral, ainda vale para nós, o que Paulo quis dizer quando asseverou que não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça?

Na última lição vimos dois erros que muitos cometem ao relacionar lei e graça: o legalismo e o antinomismo. Hoje vamos abordar um outro erro, muito comum em nossos dias, que é aquele representado pelo dispensacionalismo.

Segundo a versão clássica e mais disseminada do dispensacionalismo, a dispensação da lei acabou com a morte, ressurreição e ascensão de Cristo, tendo a partir daí iniciado a dispensação da graça. Segundo essa visão, os santos do Antigo Testamento eram salvos por meio da obediência à lei, ao passo que os do Novo em diante são salvos pela graça.

Tal ensino é claramente antibíblico, e cede ante uma dupla constatação: primeiro, as Escrituras são repletas de testemunhos de que ninguém além de Cristo jamais cumpriu a lei perfeitamente, ou seja, se a salvação era por obras (obediência à lei) no AT, ninguém foi salvo! Abraão, Moisés, Davi, Elias, Isaías, Jeremias, enfim... todos perdidos!

“Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus, visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” (Rm 3.19,20).

Em segundo lugar, a suposição dispensacionalista é equivocada por não perceber que o pacto da graça se manifestou logo após a queda, ao primeiro casal^[1], e que todos os santos salvos, em qualquer época ou lugar, foram salvos por Cristo – em nenhum outro há salvação! -, uns baseados na promessa (na Antiga Aliança, que é como o Pacto da Graça foi administrado até a vinda do Salvador prometido no protoevangelho em Gênesis) e outros em seu pleno cumprimento, após o derramamento do sangue “na plenitude dos tempos”.

Esse pacto (da graça), no tempo da lei, não foi administrado como no tempo do evangelho. Sob a lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do cordeiro pascal e de outros tipos e ordenanças dados ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir. Por aquele tempo – que se chama de o Antigo Testamento – essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias

prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna. (Confissão de Fé de Westminster, Capítulo VII.V)

Os crentes do Antigo Testamento foram salvos pela graça, mediante a fé, por meio do novo nascimento, em Cristo e por Cristo. De Adão ao último homem, essa é a solução para a queda. “A aliança da graça, nos termos em que é revelada no Novo Testamento, é essencialmente a mesma que governava a relação dos crentes veterotestamentários com Deus. É inteiramente sem fundamento a descrição das duas como formando um contraste essencial, como o faz o dispensacionalismo atual. Isso fica muitíssimo evidente à luz de Rm 4 e Gl 3” (L. Berkhof).

Conclusão e implicações práticas:

- ✓ A graça perpassa toda a Bíblia e todo o relacionamento de Deus com os homens. Devemos aprender a ler todo o Antigo Testamento com isso em mente. “Se observares, Senhor, iniquidades, quem, Senhor, subsistirá? Contigo, porém, está o perdão, para que te temam. (...) espere Israel no senhor, pois no Senhor há misericórdia; nele, copiosa redenção. É ele quem redime a Israel de todas as suas iniquidades” (Sl 130.3,4,7,8).
- ✓ “Lei” é uma palavra usada com significados diferentes no Novo Testamento: às vezes é sinônimo de Pentateuco, mas pode significar também a lei moral, a aliança mosaica, a consciência, a ordem jurídica romana, as tábuas entregues no Sinai etc. Jesus, por exemplo, num mesmo discurso (Lc 16), afirma que a “Lei” vigorou até João Batista, e logo em seguida afirma que “é mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til sequer da Lei”; e Paulo, em Romanos, repete a palavra lei três vezes em dois versículos (Rm 8.2,3), com três sentidos diferentes. Isso é importante para afastar a afirmação simplória de que a “lei” não importa mais a partir do Novo Testamento. Não estar debaixo da lei e sim da graça (Rm 6.14), portanto, não significa o que os antinomianos e os dispensacionalistas dizem. Mas então, o que significa? Isso é assunto para a próxima lição...

[1] “O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto, foi a vida prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.”

“O homem, tendo se tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por meio desse pacto, o Senhor dignou-se a fazer um segundo pacto, geralmente chamado de o pacto da graça; nesse pacto, ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo daqueles a fé neste para que sejam salvos e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.”

(Confissão de Fé de Westminster, Capítulo VII.II, III)